

**OS ECOS DA MODERNIDADE NO NORTE DO BRASIL:
BOA VISTA/RR NA DÉCADA DE 1950**

Carla Monteiro de Souza
Dep. História e PPGLetras /UFRR
carlamont59@uol.com.br

Este texto apresenta aspectos preliminares do projeto de pesquisa *História e Memória de Boa Vista na década de 1950*, que conta com o apoio financeiro pelo CNPq (Edital Universal 2009), o qual enfoca um período de grandes mudanças político-administrativas e sociais ocorridas na mais setentrional das capitais brasileiras. Tem como objetivo construir uma história da capital do estado de Roraima, abordando a década de 1950, se propondo situar a relação existente entre a memória narrada por antigos moradores e o espaço urbano de Boa Vista, apontando a sua importância na produção historiográfica sobre a cidade.

Além de expor aspectos relevantes sobre essa cidade localizada na fronteira mais setentrional do Brasil, meu intento é destacar a importância do uso da metodologia da história oral na constituição das fontes, ressaltando a sua fecundidade na abordagem da polifonia intrínseca às *urbes* e na construção de uma cartografia de significados, de redes de sentido, de identidades e de representações sobre e da cidade de Boa Vista.

Cumprir destacar que o projeto, em um primeiro momento, vem constituindo um *corpus* documental. Neste sentido, a precariedade das fontes disponíveis para o estudo da história da cidade e do estado é um fator que dificulta a pesquisa de e em Roraima, pois o estado não possui um arquivo público estruturado ou qualquer outra instituição com esta função. Boa parte da documentação escrita ainda está sob a guarda de particulares ou está dispersa e sem catalogação, não se apresentando também interesses ou ações de órgãos públicos ou privados na organização de seus acervos e disponibilização para consulta.

O projeto abará a recolha de dois tipos de fontes:

Fontes escritas: levantamento nos jornais, diários oficiais e relatórios oficiais do antigo Território Federal do Rio Branco; levantamento de relatos memorialísticos escritos publicados ou em manuscritos sobre Boa Vista que enfoquem a década de 1950, os quais devem abranger o recorte temático e temporal do projeto, não precisando tratar

especificamente sobre o assunto.

Fontes orais: articulando-se aos relatos memorialísticos e as demais fontes escritas, a incorporação de fontes orais tem como objetivo incorporar visões ímpares da e sobre a cidade de Boa Vista, bem como incorporarem à pesquisa informações que não conseguiríamos com outras fontes.

Sua importância capital no projeto liga-se ao fato de ao rememorar os narradores contam a vida vivida em sociedade, aquela da qual fez e faz parte. As suas narrativas são, pois, tramas tecidas pela memória e pela linguagem, nas quais sempre aparecem os “espaços” e os “lugares” vividos e ocupados, as pessoas, as relações, os sentimentos e os estranhamentos, que possibilita ampliar o olhar sobre a complexidade que reveste a cidade de toda cidade.

É característica intrínseca às fontes orais que o narrador busque representar-se como um ser coerente no tempo e no espaço. A narrativa oral, portanto, é uma representação da vida e do mundo em que o narrador está inserido, pois existe um "enraizamento" espacial e territorial, que impregna o ser dos indivíduos e suas relações.

Como explica Cardoso, “quem narra ou relata está, nos termos mais simples da expressão, contando uma história”, devendo a narrativa ou o relato ser tomado como uma forma, entre outras, de comportamento humano (1997, 10). Rememorar e narrar escrita ou oralmente, requer um contínuo relacionamento solidário e interativo com outras lembranças, a configuração de contextos, de paisagens, de lugares que, como “cenários”, abrigam e dão sentido ao que está sendo lembrado e contado.

O registro de testemunhos, depoimentos e narrativas orais, como afirma Alberti, permitem acessar as “histórias dentro da História” (2005, 155). Levando em conta a fluidez e a riqueza intrínsecas às fontes orais, a sua incorporação neste projeto vincula-se à necessidade de questionar as abordagens tradicionais, nas quais há uma supervalorização do escrito, do oficial, de uma suposta objetividade, e à busca por novas possibilidades de pesquisa, que resultem em trabalhos mais aprofundados e que apresentem visões mais criativas e plurais do objeto de estudo.

Neste marco, estamos realizando entrevistas orais com antigos moradores que nasceram na cidade ou em localidades do interior de Roraima que residissem na cidade na década de 1950, bem como com migrantes. Realizaremos também entrevistas orais com os autores dos relatos memorialísticos ainda vivos, a exemplo da que já foi realizada com o jornalista Laucides Oliveira, autor do delicioso relato autobiográfico

Boa Vista 1953: uma aventura, tendo em vista também o seu caráter como agentes organizadores e propagadores na construção da memória social e como representantes de certas visões e grupos importantes na sociedade local. Agregaremos ainda entrevistas realizadas em 2005 pelo projeto Memórias Vivas de Roraima.

Além de sua participação direta no processo focado pelo projeto, a escolha pelos idosos liga-se também ao fato de que “a memória dos velhos desdobra e alarga de tal maneira os horizontes da cultura que faz crescer junto com ela o pesquisador e a sociedade onde se insere” (BOSI, 2003, 69). Como bem demonstrou Ecléa Bosi, o registro da memória narrada de alguns antigos moradores de Boa Vista assenta-se na constatação de que “cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história” e, ainda, ao fato de que a memória “rema contra a maré”, pois a vida urbana tende a afastar as pessoas (2004, 70), principalmente os idosos, muitas vezes “silenciados” pelas demandas e urgências da vida “ativa”, da qual geralmente se encontram apartados.

“Ouvir” essas várias versões permite apresentar de maneira explícita o caráter polifônico da cidade. Partilhar e socializar lembranças enriquece a realidade presente através de uma leitura múltipla e plural de e sobre o passado. Neste aspecto, o uso da metodologia da história oral na constituição de fontes amplia os estudos urbanos, e nesse projeto nos possibilita acessar vários aspectos do cotidiano da cidade, notadamente o vivido, os vínculos e as relações construídas pelos e entre seus habitantes, as representações sobre a capital e as disputas pela memória social.

Mas que cidade é essa, a única capital brasileira inteiramente localizada no hemisfério norte?

O município de Boa Vista se localiza na porção nordeste do estado de Roraima, em uma área de savanas, chamada regionalmente de lavrado. É a cidade mais antiga do estado de Roraima. Fundada em 1890 (GUERRA, 1957), seus primeiros habitantes foram os índios e os migrantes, principalmente de origem nordestina, atraídos pela pecuária nas áreas de savana e campos naturais e pelo extrativismo vegetal.

A partir de 1943, ano da criação do Território Federal do Rio Branco – e passa a chamar-se TF de Roraima a partir de 1962 – a cidade de Boa Vista torna-se capital, o que consolida a sua primazia como centro político-administrativo e econômico.

Só para se ter uma idéia, a população do estado de Roraima cresceu, segundo o IBGE, de 17.247 habitantes, em 1950, para 324.397, em 2000 (SOUZA, 2006). As

mudanças político-administrativas ocorridas no período e a vinda de migrantes foram as principais responsáveis por esse crescimento, concentrado em Boa Vista.

A partir daí, a cidade vem crescendo e se desenvolvendo de maneira descontínua, estimulada notadamente pelos picos econômicos e pelas conjunturas políticas. Nas últimas duas décadas, vem se expandindo de forma desordenada e desigual e se modificando rapidamente.

Boa Vista, sempre concentrou a maior parte da população roraimense. Hoje, concentra cerca de 65% da população estadual, ou seja, 249.853 habitantes, segundo a contagem de população de 2007 (SOUZA, 2006).

Em relação às outras capitais, Boa Vista é uma cidade de dimensões modestas. No contexto local, no entanto, é a cidade mais bem estruturada do estado, no qual exerce uma centralidade extrema, pois hegemoniza a estrutura de serviços públicos e privados e as atividades econômicas, é o centro administrativo, político, econômico e cultural do estado.

Constata-se que esta posição central condicionada historicamente, é cumulativa e de difícil reversão, tendo origem no século XIX pela primazia sócio-econômica da atividade pecuária e a instalação da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, base para as atividades de missionários e da Igreja Católica, os quais até hoje desempenham um papel importante na vida social e política regional.

Segundo Barros, esta primazia, a partir de 1943, foi subjugada “pelo rolo compressor do poder central”, representado principalmente pela burocracia urbana e pelas repartições públicas civis e militares, que se instalam na nova capital com a criação do Território Federal, e pela crescente dependência dos recursos federais, contexto que inaugura um processo de mudanças nas relações sociais como um todo. Junto a isso, a descoberta de garimpos em áreas no interior como Tepequém e Suapí, nos anos 1930, e já plenamente implantados neste período, colaborou no rearranjo das relações espaciais, ambientais, sociais e econômicas, expressivamente em Boa Vista (1995: 148-149) localidade que reunia condições de sediar as atividades decorrentes desses dois fatos.

A instalação da sede administrativa do novo Território Federal iniciou um período de reestruturação do espaço urbano de Boa Vista. À antiga cidade, localizada às margens do rio Branco, se impõe um plano urbanístico planejado, que é gestado em 1946 e que completa ao longo das décadas seguintes. Veras informa, que a elaboração

do Plano Urbanístico da cidade, que deveria ser efetivado no período de 1944 a 1950, coube a firma carioca RIOBRAS, do Engenheiro Civil Darcy Aleixo Derenusson. A nova capital teria um traçado de integração urbana, no formato “radial concêntrico, em que na praça circular, reuniam-se os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e de onde partiam as radiais, extremamente largas, para norte, sul e Oeste”. Idealizado pelo então Governador do Território do Rio Branco Capitão Êne Garcez dos Reis, o traçado urbano dado novo centro urbano teve Belo Horizonte como inspiração (2009, 95).

O racionalismo e da modernidade que impregnavam o projeto, e que também nortearam outros projetos urbanos, como Goiânia e Brasília (OLIVEIRA, 2003: 168), visava criar uma capital no extremo norte que, no dizer de Barros, marcasse a presença do governo central nessa afastada fronteira. Apesar de o projeto ser ambicioso, seu idealizador, o então governador do Território Federal, Êne Garcez dos Reis, conhecia os limites e as implicações futuras do projeto, observáveis na entrevista concedida em 1993 a Aimberê Freitas:

Esse planejamento de cidade tipo Boa Vista, sistema radial-concêntrico tem seus limites. Ele cresce até um determinado limite e daí não pode mais crescer. E no nosso projeto de leque o crescimento deveria ir até a avenida grande circular, daí para frente tinha que ser feito novo plano e não foi feito (FREITAS, 1993, p. 63).

Mesmo observando que o processo de implantação do projeto urbanístico foi lento e que se estendeu por anos, nota-se que havia a preocupação de que ele seria crescente e permanente, como de fato é.

A observação de fotos aéreas das décadas de 1950 e 60 mostra a parte nova da cidade seria edificada a partir das bordas da cidade que já existia. Foi construída uma praça redonda, a partir da qual saem grandes avenidas orientadas lavrado à dentro. O traçado em formato em leque estabeleceu os vetores de crescimento da cidade e orientou expansão urbana voltada para o “interior”, que se mantém até hoje. Nesse sentido, é voz corrente que a cidade cresceu “de costas” para o rio Branco, tendo em vista que a margem do rio continua abrigando apenas a cidade pré-existente.

Como aponta Veras, a familiaridade do plano urbanístico de Boa Vista com o de Belo Horizonte “está na integração das funções urbanas com suas radiais convergindo

para o Centro Administrativo”; na presença áreas públicas, como praças e jardins; nos imperativos de higienização; e na circulação com suas largas avenidas (2009, 119).

Silva acredita que “esse planejamento de Boa Vista está presente no projeto geopolítico nacional, que criou para a Amazônia, planos nacionais de desenvolvimento, na intenção de ocupar e povoar essa área” (2007, 205). Em entrevista concedida ao jornal Gazeta de Roraima, em 1991, o engenheiro Darcy Aleixo Derenusson, explicou que o significado das radiais não era meramente técnico, mas representava a presença do Governo Central na Amazônia setentrional, ou seja, era também político.

Na época em que foi projetada a planta da cidade de Boa Vista (1944-46) estávamos no fim de uma guerra. E já muito antes disso, não poucos olhos gulosos invadiam nossas fronteiras com missões exploradoras e uma variedade de expedientes para se firmarem e ocuparem nossa terra.

Mais do que simples radiais, mais do que um simples leque, seria a própria alma brasileira, presente, com o corpo e o coração, para garantir a integridade de nossos limites. E, portanto, o sistema radial o símbolo de união territorial, social, lingüístico e ideário do povo brasileiro do Extremo Norte (VERAS, 2009, 127-128).

Segundo Veras, o trabalho realizado por Derenusson envolveu um conjunto de tarefas e ações prévias, começando por o “levantamento topográfico plani-altimétrico e cadastral da vila e arredores”, o “recenseamento geral da população”, a elaboração do Plano Diretor, do Plano Urbanístico e do Código de Obras e projetos para a rede elétrica, de abastecimento de água e de esgotos sanitários, galerias pluviais, assim como para a construção de escolas e de residências (2009, 100).

As obras só foram iniciadas em 1946, e apesar da planificação e do detalhamento – foram feitas 1.000 plantas – o cronograma que previa a execução do projeto no período 1944-50 não foi cumprido. Apesar das várias obras realizadas pelos governadores e prefeitos no período de 1946-51, “o traçado radial concêntrico só foi ocupado em sua totalidade no final da década de 60” (VERAS, 2009, 115).

Veras aponta as várias crises políticas a nível nacional, os interesses e conflitos das elites locais e a descontinuidade política nas nomeações e gestões dos governadores como causadores desse fato (2009, 102). Nesse sentido, Freitas destaca que a descontinuidade política, decorrente da “rotatividade” de governadores que

permaneciam pouco tempo no cargo, e as nomeações de cunho político, marcou a gestão do Território a partir da saída de Enê Garcez dos Reis e nas décadas de 1950-60 (1993).

Em 1991, Derenusson, aos 74 anos, avaliou que seu trabalho foi bem sucedido, apesar das incertezas compartilhadas por ele e Garcez quanto a limitação do sistema radial concêntrico e a necessidade de um planejamento futuro que desse conta do crescimento da cidade. Destacou que “Boa Vista apresenta os belos jardins e não possui favelas, como a maioria das capitais do país”, lembrando que na década de 1970, “Boa Vista chegou a ser apontada como a cidade de melhor qualidade de vida em todo o Brasil”. Explicou que a realização das obras de infra-estrutura anteriores à implantação do plano urbanístico contou muito, principalmente porque essas obras foram executadas também na parte da cidade já existente. Segue dizendo que “foi isso que tornou Boa Vista uma cidade sadia e agradável” e que “a comunidade usufruiu de uma qualidade de vida” (VERAS, 2009, 116-117).

A modernidade do plano urbanístico de 1946, segundo Veras, trouxe para “Boa Vista um aspecto de cidade bem planejada em relação às outras capitais da região amazônica.

Desde seus primórdios, Boa Vista recebeu migrantes intra e interestaduais, inclusive indígenas e estrangeiros. A efetiva instalação do Território e as mudanças decorrentes robusteceram as migrações para a região, ainda que muitos viessem ao Rio Branco em busca de terras, pode-se dizer que Boa Vista passa a ter atrativos especiais como nova capital.

Essa mudança interferiu no crescimento da cidade de Boa Vista, que a centralizar todas as funções político-administrativas e todas as ligações com o governo federal. Verifica-se um expressivo aumento da taxa média relativa de urbanização da população residente, que passou de 11,6%, em 1941, para 28,33%, em 1950. Se o censo de 1940 contou 1.159 habitantes no município, o de 1950 indicou 5.132 (IBGE, 1940, 1950).

Por um lado, este crescimento foi reflexo das ações voltadas para a ocupação da grande área do Território, considerado despovoado pelo governo central e como uma fronteira vulnerável a toda sorte de ameaças. A fundação das primeiras colônias agrícolas Fernando Costa, Braz Aguiar, Coronel Mota e Santa Maria do Boiaçu, criadas com a justificativa de prover a capital de gêneros alimentícios, foi uma ação implantada

para isso (BARROS, 1995; BARBOSA, 1994). Da mesma forma que as atividades garimpeiras, a colonização e a instalação de novas populações tinham Boa Vista como ponto de apoio.

Por outro lado, a cidade passa a receber os quadros que vinham compor o funcionalismo público civil e militar da nova unidade federativa (FEMAT, 1994), assim como profissionais e toda sorte de pessoas que vislumbravam boas possibilidades na região. Estes novos atores sociais encontram uma cidade acanhada, isolada do resto do país, com um sistema de comunicação incipiente e precário, hegemônica politicamente por fazendeiros e por algumas famílias auto-intituladas “pioneiras”.

Em uma de nossas primeiras entrevistas sobre esse tema, o narrador lembrando sua chegada à capital do antigo Território vindo do interior com sua família, aos 11 anos, em 1950, diz que a cidade não tinha mais que 20 ruas e que “não tinha muita gente” e que “todo mundo se conhecia e era parente”, citando ainda algumas das famílias mais conhecidas e tradicionais ainda hoje, “Cruz, Pinheiro, Magalhães, os Brasil...”, cujos membros já falecidos nomeiam hoje algumas ruas e avenidas da cidade.

Vários elementos apontam para um crescimento da cidade em todos os aspectos nesse período. Além do remodelamento do centro da cidade e a extensão do perímetro urbano, datam desta década a efetivação do transporte aéreo comercial, a criação da Rádio Difusora de Roraima, ampliação do abastecimento de água, do primeiro curso de magistério, a construção de novos prédios públicos, a expansão do arruamento, a instalação do aeroporto e do primeiro hotel, o Boa Vista, atual Aypana Plaza (OLIVEIRA, 2003).

Junto às mudanças físicas e ambientais, com a ocupação das áreas cada vez mais afastadas da beira do rio Branco e o aumento da ocupação nas áreas do Lavrado, denominação local para a savana que recobre toda a parte nordeste do estado de Roraima, verifica-se mudanças nas relações sociais, em boa parte conformadas pelo estreitamento dos vínculos com o poder central, leia-se Rio de Janeiro (Ver: GUERRA, OLIVEIRA, BARROS).

Livros que contam trajetórias pessoais, como o de Laucides Oliveira, e de apontamentos históricos, como o de Dorval de Magalhães e Olavo Viana, e as entrevistas orais já realizadas com idosos registram por meio da memória narrada oral e escrita esse período de mudanças, vivido ora como novidade ora como estranhamento. Corroboram a afirmação de que a década de 1950 foi um período de mudanças nas relações sociais. Neste sentido, buscar-se-á configurar

que é no final da década de 1940 e ao longo da de 1950 que se define uma identidade para Boa Vista, em função da autonomia político-administrativa, da institucionalização de sua centralidade política, social, econômica e cultural e da confluência de novos e diversificados atores sociais.

Laucides Oliveira relata que logo ao chegar a Boa Vista, em 1954, passa a ter contato com o “alinhamento político que divide as famílias e pessoas”, explicitando a existência de dois grupos políticos: “os ocasionais ocupantes dos cargos e empregos públicos e os desempregados eventuais, ex-funcionários do Governo do Território, alijados para dar lugar aos correligionários do novo governo”. Se referindo a esse processo como uma “ciranda” em que “praticamente uma metade da população está empregada, a outra não; até a próxima troca de governador, quando o quadro será invertido” (2007, 49).

O mercado de trabalho urbano incipiente e frágil passou a ser controlado pelo poder público, afirmou definitivamente a presença do poder central na vida da cidade, imprimindo de forma indelével uma marca registrada na organização do trabalho e nas atividades produtivas até os dias de hoje.

A cidade, antes sede de um imenso município pertencente ao Amazonas, passa a ter independência e autonomia político-administrativa, ligando-se direto ao poder central. Nesse aspecto, a implantação de mecanismos de comunicação mais eficientes era vital, como o transporte aéreo comercial e a comunicação telefônica com outros estados.

Um entrevistado lembra que até quase o final da década “nós tínhamos aqui uma companhia de telefone local, só servia para telefonar de repartição para repartição”: o Governador pedia para falar com a seção de material, aí ele tirava o telefone do gancho e tinha uma manivela, quando ele rodava tocava lá na central; aí ele pedia para telefonista ‘Oh! me liga com o telefone do Material’, ela ligava os dois fios, entendeu?”.

Tal como a criação da Rádio Difusora de Roraima, que funcionou durante muito tempo por meio de alto-falantes colocados em pontos estratégicos do centro da cidade, as ligações telefônicas interestaduais foram estabelecidas pela Companhia Rádio Internacional do Brasil que, segundo o mesmo entrevistado “foi instalada ali no hotel, onde hoje é o Hotel Aypana”, referindo-se ao hotel Boa Vista, um dos primeiros prédios a ser construído na atual Praça do Centro Cívico. Lembra que lá “foram instalados esses transmissores e a gente trabalhava do outro lado”, lembrando de um de seus primeiros empregos.

Contudo, as mudanças político-administrativas e os novos ares de modernidade

não foram suficientes para abalar a vida pacata que se levava em Boa Vista. A memória narrada destes “velhos tempos” vem sempre temperada com um tom de saudade: “Ah, era gostoso naquela época. Aqui a gente brincava, não existia maldade. A gente brincava, passeava, ia pra festa, entendeu?”. Lembra que se “fazia piquenique era no Igarapé do Mecejana”, que se passeava no fim de tarde na Avenida Jaime Brasil, se tomava sorvete lá no Moura Bar e ia-se ao Cine Boa Vista, ambos localizados na mesma avenida.

No entanto, ao comércio acanhado e pouco sortido, foi incorporado um rol de mercadorias trazidas pelo transporte aéreo. Um dos nossos entrevistados lembra que o seu estabelecimento, meio bar, meio cabaré, recebia constantemente discos com os sucessos do momento. A modernidade deslocou o velho matadouro instalado bem próximo ao centro da cidade, das margens do rio Branco no bairro Rói Couro, atual São Pedro, para onde se localiza hoje uma das saídas da cidade.

Nas entrevistas já realizadas ganham eco as palavras de um deles: “tudo mudou, tudo, em todos os sentidos”, avaliando que a cidade cresceu e se modificou de fato a partir de 1964, quando os militares trouxeram “estrada e uma infinidade de coisas (...) inclusive outras pessoas”.

Mesclando nostalgia e certo desconforto, afirma que ao longo das últimas décadas “mudou tudo, é, mudou o Palácio do Governo, mudou a Secretaria de Segurança, foram criados os quartéis, mudou aeroporto, é modificaram a Praça da Bandeira”.

Referindo-se as mais recentes modificações implementadas na cidade lamenta que “o pessoal não tem o menor senso de conservação das coisas assim. Não tem responsabilidade, não faz uma consulta a população, nada. Chega e faz assim, vai fazendo porque tem que fazer mesmo e acabou-se a história”.

Toma como principal exemplo de descaracterização da cidade de outrora a construção da Orla Taumanan, um grande e moderno píer, que abriga um espaço de lazer, construído às margens do rio Branco, junto ao marco zero da cidade, encobrindo o antigo Porto de Cimento, local como lembra “desembarcou o primeiro governador e o primeiro prefeito daqui”.

Pelo exposto nesse breve texto, fica clara a importância que as fontes orais tem no projeto *História e Memória de Boa Vista na década de 1950*. Ainda que a pesquisa esteja no início e estejamos na fase inicial de constituição do acervo, as entrevistas orais

já se colocam como fontes fundamentais, pois dizem muito sobre Boa Vista, principalmente sobre aquela cidade vivida, sentida, experienciada e sonhada. Através da memória narrada oralmente de alguns de seus antigos moradores, agregaremos versões e visões sobre o cotidiano, as relações humanas e sociais, o lugar e seus significados, que nos ajudarão, com certeza, a compreendê-la e a vivê-la plenamente no presente.

Referências Bibliográficas:

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassenegi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Ocupação Humana em Roraima II: uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e crescimento desordenado. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, 9 (2), p.177-197. 1993. (Série Antropológica).

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Ocupação Humana em Roraima I: do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, 9 (1), p.123-144. 1994. (Série Antropológica).

BARROS, Nilson C. Crocia de. **Roraima: paisagens e tempo na Amazônia setentrional**. Recife: Editora Universitária (UFPE), 1995.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. 4.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivido da memória: ensaios de psicologia social**. 2. ed. São Paulo: Atelier Editorial, 2004.

FRASER, Ronald. Historia Oral, Historia Social. **Historia Social**, nº 17, p. 131-139, outono. 1993 (Inst. Historia Social, UNED, Valencia).

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E TECNOLOGIA DE RORAIMA (FEMAT). **O Brasil do Hemisfério Norte: diagnóstico científico e tecnológico para o desenvolvimento**. Boa Vista: AMBITEC, 1993.

GUERRA, Antônio Teixeira. Aspectos Geográficos do Território do Rio Branco. **Revista Brasileira de Geografia – IBGE**, Ano XVIII, n.1, jan.-mar. 1956.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE Censo do Amazonas/1940 e Censo de Roraima/1950

JUCÁ, Gisafran N. Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-60)**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2003.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Ciência, história e memória: questões metodológicas. In: ERTZOGUE, Marina H.; PARENTE, Temis G. **História e Sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

OLIVEIRA, Laucides. **Boa Vista 1953: Uma aventura**. Boa Vista: 2007.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. **A herança dos descaminhos na formação do estado de Roraima**. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PESAVENTO, Sandra J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. São Paulo, **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan.-jun. 2007.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Dinâmica territorial urbana em Roraima – Brasil**. São Paulo, 2007. 329f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SOUZA, Carla Monteiro de. **Gaúchos em Roraima**. Porto Alegre/RS: EDPUCRS, 2001.

SOUZA, Carla M.; SILVA, Raimunda G. **Migrantes e Migrações em Boa Vista: os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Cauamé**. Boa Vista: EdUFRR, 2006.

VERAS, Antônio Rezende Tolrino. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima**. São Paulo, 2009. 235f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.